



UM *ROMEU E JULIETA* PARA EVELYN E BOSCO? HETERONORMATIVIDADE, ROMANCES E TRAGÉDIAS URBANOS EM PÁGINAS POLICIAIS

Luiz Cláudio Kleaim¹

Tudo nela era a possibilidade do engano.
Alfredo Bosi

Iniciando a História – Evelyn foi assassinada no dia 22 de outubro de 2007 pelo subtenente da Polícia Militar do Espírito Santo – PMES, João Bosco de Lima, na Orla da Praia de Camburi, conhecida área de prostituição feminina de Vitória-ES. A polícia, um dia após o ocorrido, localizou o possível autor do crime a partir do extrato bancário, em nome dele, achado na mão da vítima. João Bosco confessou o crime e, depois de dois dias detido, enforcou-se na academia do ginásio do Quartel do Comando Geral da PMES. Evelyn era travesti e morava há 4 (quatro) meses no ES, vinda da casa da família em Bom Despacho–MG. Aqui, procurou, inicialmente, emprego em salões de beleza, mas, de acordo com relatos de pessoas próximas, não conseguiu. Após algumas investidas, começou a se prostituir. Bosco, por sua vez, era oficial da PMES há 23 anos, casado e pai de três filhos.

O assassinato ganhou grande destaque na mídia impressa local. Os dois jornais de maior circulação do Estado, *a Tribuna* e *A Gazeta*, comentaram o ocorrido por três dias, notificando o andamento da investigação policial; sendo que, no primeiro, o caso recebeu maior destaque, ocupando duas capas e páginas inteiras da editoria de *Polícia*. Por meio das informações veiculadas na mídia, era possível serem lidas as vozes, muitas vezes discordantes, quanto à inocência ou à culpa da vítima e do réu. Dentre essas vozes, sobressaiu a versão do caso amoroso entre os dois envolvidos, versão esta que se perpetuou na opinião pública.

Mesmo tendo ficado a impressão de que houve uma desavença amorosa, o que fez o caso parecer uma atualização de algum romance rodrigueano; procuramos apostar, explorando as versões que a mídia apresentou para o assassinato, que tanto a morte de Evelyn quanto o suicídio de Bosco devem ser pensados enquanto signos da (in)eficácia de uma sociedade heteronormativa, enquanto representação da impossibilidade de vida fora dos padrões da norma heterossexual, que dita formas legítimas de experiência do gênero e da sexualidade. Para tal, buscamos tecer um itinerário de

¹ Mestrando em Estudos Literários pela Ufes, Bolsista da Fapes e integrante do Plur@1 – Grupo de Diversidade Sexual. A primeira versão deste ensaio-artigo foi feita em parceria com Maria Inês Sperandio Vancini. Agradeço a Fernando Pochay e Francis Deon Kich pela leitura carinhosa e atenta. Contato: luizclaudiokleaim@yahoo.com.br



reflexões a respeito desse impasse, reativado por meio de artefatos (a mídia e seu discurso polifônico, o suicídio e a carta e o imaginário social) comunicativos ou veiculadores (às vezes, o que eles acionam) no/do caso em questão. Trata-se muito menos de promover a inocência ou a culpa de um ou outro, mas de contribuir para a memória e a visibilidade da(s) vítima(s), bem como de adensarmos nossa reflexão acerca da abjeção a qual são constituídos alguns sujeitos que têm negada sua humanidade, em decorrência de sua confrontação ao regime da heteronormatividade, por meio de um caso que foi banalizado pela mídia. Para isso, a fim de esmiuçarmos as informações e a polifonia contida no material, passemos aos discursos relativos ao crime.

Mídia e Discurso Polifônico – As versões do crime e as defesas: *O porquê da notícia* – Provavelmente, é o primeiro caso de assassinato de travesti cujos eventos subsequentes (investigação do crime e suicídio do autor) foram veiculados por mais tempo nos jornais capixabas. Sua notoriedade poderia ser explicada pelo fato de que em apenas um ano 18 travestis foram assassinadas em três cidades da Grande Vitória², o que simbolizaria uma denúncia, feita pela imprensa, da violência persistente realizada contra esses sujeitos. Entretanto, ainda que os jornais dessem visibilidade às posições do movimento LGBT³, pareceu-nos mais pertinente pensar que a repercussão do crime se deve a) a uma característica da identidade do executor – o fato de ele ser um policial e b) à possibilidade de ter havido um envolvimento sexual entre Bosco e Evelyn, versão que, inclusive, ganha espaço na mídia.

Ora, quantas travestis e / ou homossexuais são assassinadas/os e suas mortes não têm alguma urgência em serem esclarecidas? Em que casos é importante que a mídia apresente a orientação sexual e/ou o gênero das pessoas que sofrem esses assassinatos brutais? Não era pelo fato de ser assassinada por um policial dentro do carro dele que Evelyn teve sua morte veiculada pelos jornais?

Sendo o PM o centro das atenções e a travesti um simples elemento gerador/irradiador de notícias relacionadas ao policial, a veiculação da notícia constituía um jogo de ausência/presença de Evelyn, produzindo, por fim, um apagamento da vítima e o não reconhecimento da sua dignidade⁴.

² Dados da Associação de Gays do Espírito Santo (AGES). Essa instituição tem divulgado notícias sobre violência contra LGBT no estado e pressionado a Justiça a investigá-los.

³ Os jornais notificaram as reações imediatas de setores do movimento LGBT capixaba, em matéria no dia 25 de setembro (Jornal A Gazeta, p. 10; Jornal a Tribuna, p.16), e divulgaram o manifesto marcado para o dia 4 de outubro. O “Manifesto em defesa da vida e contra a homofobia” foi organizado por setores do poder público e do movimento LGBT e se constituiu numa passeata pela Orla de Camburi, espaço da morte de Evelyn. O principal objetivo do manifesto foi promover a visibilidade dos crimes cometidos contra travestis e cobrar publicamente do Ministério Público o andamento dos processos de investigação dessas mortes.

⁴ Os títulos e as linhas finas das matérias confirmam a valorização do distintivo militar de Bosco como critério para a veiculação da notícia: a maioria deles, de ambos os jornais, apresentaram-no como personagem principal da história. É



Sustentamos, aqui, que à medida que eram produzidas e circuladas as informações sobre o caso, afiançava-se, em verdade, um “apagamento” da vítima, e não sua visibilidade, pois o que gerou a veiculação das notícias foi o interesse em perscrutar os limites para a relação entre uma travesti e um policial, homem casado e pai de três filhos. A pergunta que não queria calar era: teria Bosco um romance com uma travesti?

Ressaltamos que a mídia (a cultura de massas) utiliza da estranheza e do insólito das histórias a fim de que esses elementos agreguem valor à informação a ser noticiada/vendida. Muniz Sodré (1985) aponta que a comunicação de massa no Brasil se apropria de uma estética popularesca do grotesco. Elementos que estão relacionados à cultura popular são incorporados pela mídia sem o seu vigor de contestação da norma (tensão constante entre o valor estético estabelecido e aquele tido como baixo), prevalecendo o seu caráter insólito e sua capacidade de causar estranhamentos. Dessa forma, ela mobiliza a audiência necessária para o consumo da comunicação pelo esvaziamento do seu sentido original, que em nada desestabiliza, mas apenas mobiliza audiências ávidas pelo caráter incomum do noticiário. A história começa sob a versão sensacionalista de um policial que matou uma travesti e, no decorrer da semana, cede lugar à de que teriam os personagens algum caso sexual, que vai ganhando espaço e se sustentando de modo a possibilitar a continuidade da venda da notícia.

O que encenam as vozes – A PMES possuía duas hipóteses de investigação, baseadas em duas versões do crime: a primeira era fundamentada na fala do réu e a segunda nas falas das testemunhas. Tratam-se de vozes que aparecem com a notícia e se referem aos pontos de vista, às versões de uma história. Pensar em vozes é vislumbrar a inerente polifonia de um texto, na medida em que há sempre outros que se constituem desencadeadores e/ou destinatários de um discurso. No presente, a voz do locutor (a dos jornalistas) encena as vozes desses outros (família da vítima, travestis, policiais etc.).

Sabemos que, de acordo com as influências dos estudos bakhtinianos, a polifonia e o dialogismo são atestados incontestes da presença do outro em nossos discursos, da incontornável argumentatividade inerente aos jogos de linguagem. Isso implica reconhecer que “o ouvinte é parte constitutiva, indispensável de qualquer palavra concreta. Do nascimento à morte, a palavra é, no mínimo, dupla” (TEZZA apud LIMA, p. 23, 2008). Koch (2007) também nos confirma que a polifonia é identificada quando dois enunciadores se apresentam no texto, representando

ele o agente que veicula um crescente de ações, que pode ser esquematizado, grosso modo, da seguinte maneira: 1º) PM mata travesti com três tiros em Camburi; 2º) Família de Travesti diz que policial queria morar com Evelyn; 3º) Policial que matou travesti se enforca dentro do quartel e 4º) PM apura se morte poderia ser evitada.



perspectivas distintas ou pontos de vista diferentes, a um dos quais o locutor adere. Pensando em discurso enquanto um efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 1994), essas vozes se nos tornam estratégias discursivas de funcionamento da linguagem. E o texto jornalístico, por sua vez, mostra-se enquanto um “[...] lugar de constituição e interação de sujeitos sociais, um evento em que convergem várias ações humanas [...] um constructo histórico e social, extremamente complexo e multifacetado” (KOCH, 2007). Nesse sentido, a polifonia se apresenta na matéria midiática por meio da cobertura das vozes surgidas nas páginas policiais acerca de um crime com autor confesso e testemunhas oculares, bem como das caixas de textos nos dias subsequentes em que a história era lembrada. Além disso, vários personagens do enigma foram ouvidos pela polícia e seus depoimentos apresentados por meio dos textos jornalísticos, o que torna, muitas vezes, explícitas ou implícitas essas vozes/versões. A primeira linha de investigação estava centrada na hipótese de legítima defesa em reação a uma tentativa de assalto feita por Evelyn, versão sustentada pelo subtenente. A segunda era a de que Bosco não queria pagar pelo programa feito naquela noite com Evelyn, o que o levou a atirar-lhe após algum tempo de discussão e insistência da profissional do sexo em receber o pagamento, hipótese defendida pelas companheiras de trabalho. No decorrer das investigações surge uma terceira hipótese: a de que réu e vítima mantinham um relacionamento amoroso, segundo familiares da trans⁵.

a) Vozes que sustentam a primeira hipótese: após sua prisão, Bosco negou com veemência qualquer envolvimento com Evelyn e a acusou de tentativa de assalto. Na sua explicação, ele vinha bêbado da casa de familiares, em outro bairro, e parou ali, no ponto de trabalho de Evelyn, para vomitar porque estava passando mal. De acordo com o delegado, Bosco foi abordado pela travesti que lhe encostou algum objeto em sua cabeça e mandou que lhe fossem entregues as “coisas”. A travesti entrou no carro e os dois discutiram. No veículo, o policial, em defesa própria, fez os disparos e jogou o corpo da trans para fora do carro. Sobre o extrato bancário que foi encontrado na mão de Evelyn, Bosco defende: ele “foi retirado da minha carteira quando do momento do roubo do dinheiro, pois minha carteira está cheia de extrato velho e outros documentos, junto com o dinheiro, como pode ser observado nele”. Na carta, intitulada *Esclarecimento*, deixada pelo policial⁶, ele sustenta: “Fiz o que fiz: matei em reação a uma tentativa de assalto”, “estão me caluniando quanto ao resto, estão querendo me usar como ‘boi de piranha’”.

b) Vozes que sustentam a segunda hipótese: a PMES chega até Bosco por conta do extrato bancário encontrado nas mãos de Evelyn. Daí, a possibilidade de ter havido um encontro sexual,

⁵ Abreviatura para travestis, transexuais e transgêneros.

⁶ A Gazeta. 25 de set de 2007.



que, por sua vez, ganha mais sustentação com o testemunho de companheiras de rua que a ouviram gritar: “- Você tem que me pagar!”. Outra travesti viu os dois, que pareciam discutir dentro do veículo do policial. Segundo a profissional, Evelyn teria gritado momentos antes: “- Ele não quer pagar!”.

c) Vozes que fazem surgir uma terceira hipótese: durante a repercussão do caso, com a procura de testemunhas e desfecho surge a hipótese de que Bosco mantinha um relacionamento amoroso com Evelyn. Esta versão pôde ser construída a partir das declarações de parentes da travesti. Para além de um mero encontro sexual, e casual, eles afirmaram que ela tinha um caso com o PM e que, inclusive, este visitou sua casa, em Minas Gerais, com a finalidade de arrumar moradia própria para os dois em Bom Despacho. Sustentaram ainda que Bosco se negava a pagar quando os dois ficavam juntos. Segundo o delegado, a mãe da vítima depôs relato no qual dizia que Evelyn teria recusado a proposta, pois gostaria de continuar na “vida”.

Além das fontes principais que sustentam as versões aventadas, outras vozes surgem nos jornais como depoimentos em defesa ora da integridade moral do réu, ora em defesa da inocência da vítima. São essas vozes, e os conflitos que elas encenam – atestando seu caráter polifônico – que apresentaremos abaixo.

d) Vozes de defesa:

Vamos acompanhar o caso e ajudar o subtenente Bosco com todo o atendimento jurídico necessário. Ele é um profissional competente e exemplar que, em seus 23 anos de corporação, jamais teve qualquer envolvimento com nada errado. Ele estava de folga na noite de sábado e, no domingo pela manhã, iria trabalhar. (Claudio Nogueira)

Lamentamos o fato ocorrido com o policial, que nunca teve desvio de conduta e é formado em Análise de Sistemas (Cel. Antônio Carlos Coutinho, comandante geral da PMES).⁷

De acordo com o diretor jurídico da Associação dos Subtenentes e Sargentos da PMES, Cláudio José Nogueira, “Ele é um bom policial. Não temos nenhuma informação que desabone sua conduta quanto aos trabalhos”⁸. Dias depois, após a morte de Bosco, o diretor acrescenta: “a sociedade o condenou precipitadamente, Bosco, um bom policial, não agüentou a pressão”⁹.

Entretanto, a mãe da vítima defendia:

Ele está jogando o nome do meu filho na lama. O Everton era homossexual sim, gostava de se vestir de mulher, mas bandido ele nunca foi. O policial tinha ciúmes do meu filho, queria o Everton só para ele. Com o suicídio, ele assinou o atestado de culpa. Se essa história de assalto fosse uma coisa real, ele não sumiria com as coisas dele. Sumiu a bolsa, o celular. Se fosse um assalto, ele chamaria a polícia na hora, não fugiria (mãe de Evelyn).¹⁰

⁷ A Gazeta, página. 11, 24 de set de 2007, Segurança.

⁸ Jornal a Tribuna, Polícia, página 9. Segunda-feira, 24 set 2007.

⁹ Jornal A Gazeta, Segurança, página 6. Quarta-feira, 26 set 2007.

¹⁰ Jornal a Tribuna, Polícia, página 16. Quarta-feira, 26 set 2007.



Uma travesti que morava com a vítima argumentou:

Ele era uma pessoa maravilhosa. Calmo e não era de confusão. Era uma pessoa muito tranqüila. Não tenho nada a reclamar dele. O problema é que na rua acontecem muitos fatos perigosos com a gente que leva essa vida. Tem gente que chega com faca e armado, finge que é da polícia para não pagar programa, trata a gente com falta de respeito. É um pouco perigoso, mas a gente precisa trabalhar¹¹.

A versão de Bosco põe em funcionamento representações sobre travestis bastante conhecidas pelo senso-comum: na medida em que afirma ter sido assaltado, coloca Evelyn num lugar estigmatizado que populações de rua (prostitutas, moradores de rua, mendigos, catadores de lixo) ocupam no imaginário social. Ao associar o mundo da prostituição com o do crime e da violência, dá plausibilidade à sua versão; afinal, um conjunto de significados sobre essa população a localiza no âmbito do avesso da normalidade, no espectro da marginalidade, constituída por criminosos de todos os tipos. As identidades das personagens principais dessa história se posicionam distintamente no imaginário: antitéticas, diríamos, pois estão em lugares que constituem pólos opostos de um combate: o policial, responsável pelo controle e a manutenção da ordem pública e atua(ndo), no Brasil, principalmente na repressão de “populações de rua” (catadores de lixo, mendigos, prostitutas etc.); e a travesti (que também é prostituta) ocupa o lugar dos reprimidos, vigiados, ameaçados pela polícia, ocupa o lugar daqueles que desafiam as práticas e representações legítimas sobre sexualidade, gênero, relações afetivas, trabalho etc.

De certa forma, a instabilidade do jogo normativo pode ser vista no confronto das versões e vozes de defesa de Evelyn e Bosco. Todos os enunciados das instituições apoiadoras de Bosco (vozes da corporação) trazem “imagens” para garantir a validade da fala do subtenente e de sua hombridade, da sua conduta de homem honrado. Em contrapartida, as defesas proferidas por travestis e familiares de Evelyn demonstram os limites mesmos do caráter arbitrário dessas imagens, o tráfico dos significados...

Pensando na permanência da notícia por mais tempo nos veículos de comunicação, e observando o consumo da versão do caso amoroso, a mídia reati(va)va a ideia de uma variante urbana de um caso amoroso impossível de acontecer entre indivíduos de grupos/famílias bem distintas/rivais; uma espécie de *Romeu e Julieta*; conhecida história cuja impossibilidade de realização do enlace amoroso seria sua mola propulsora. Tal como um palimpsesto do texto shakespeariano as páginas policiais revelam impressas algumas das diversas vozes que irrompem no desvelar do caso Bosco-Evelyn e que vêm dar força a uma das versões que mais resistiu até o arquivamento do processo, quando do suicídio do acusado, mesmo não sendo a hipótese aventada

¹¹ Jornal a Tribuna, Polícia, página 9. Segunda-feira, 24 set 2007.



pela polícia. Entretanto, ela se mostra a mais explorada pela mídia e, logo, perpetuada na opinião pública.

Um Romeu e Julieta para Bosco e Evelyn? – Atualização do Imaginário Social: O amor entre *Romeu e Julieta*, clássico da literatura ocidental, povoa nosso imaginário social¹² e sustenta ainda, como modelo de amor romântico, nossos ideais de relacionamento pelas suas atualizações nas novelas e folhetins midiáticos contemporâneos. O arrebatamento fatal de uma paixão, que não pode ser sustentada na teia social em que ela existe, é a base da suspeita de um romance, irrealizável, entre Evelyn e João Bosco, que surgiu imediatamente após o fim da narrativa dos fatos, com a acusação da família da vítima e com o suicídio do réu. Passado algum tempo após as mortes dos dois personagens, continuamos a perscrutar as pessoas sobre o episódio, ou em palavras “mastigadas”, o evento ocorrido entre o PM e a Travesti. A maioria das pessoas, por sua vez, respondia que se recordava vagamente, comentando sobre o assassinato e o suicídio e mencionando o relacionamento amoroso havido.

Nesse sentido, o discurso das páginas policiais dos jornais, altamente polifônico em sua constituição, possibilita, à primeira vista, a insurgência de uma leitura intertextual com o romance shakespeariano. Essa aproximação semântica com o imaginário do amor romântico se faz aqui como um jogo de sentidos, cujo objetivo é promover uma (re)localização dos personagens no vaivém da história, na medida em que a leitura das notícias durante esses dias nos possibilitou essa aproximação intertextual. Vale ressaltar que nenhuma referência explícita é feita nas matérias ao amor romântico. Na tentativa de forjar um trajeto de aproximação com a literatura e pondo à prova explorar essa possibilidade de promover uma reflexão sobre a pertinência da atualização de histórias já conhecidas do imaginário social, intencionamos estabelecer uma ficcionalidade – uma espécie de narrativa que garanta um lugar mais digno à Evelyn, que dê peso e importância à sua existência – a partir do intertexto com o romance shakespeariano. Entretanto, se nos atentarmos pormenorizadamente, essa aproximação não se torna a única, uma vez que, perpetuando nosso

¹² Entendemos imaginário social como “um conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social de uma cultura, um substrato ideológico mantido pela comunidade. Trata-se de uma produção coletiva, já que é o depositário da memória que a família e os grupos recolhem de seus contatos com o cotidiano. Nessa dimensão, identificamos as diferentes percepções dos atores em relação a si mesmos e de uns em relação aos outros, ou seja, como eles se visualizam como partes de uma coletividade. Bronislaw Baczkowski assinala que é por meio do imaginário que se podem atingir as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades esboçam suas identidades e objetivos, detectam seus inimigos e, ainda, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social expressa-se por ideologias e utopias, e também por símbolos, alegorias, rituais e mitos. Tais elementos plasmam visões de mundo e modelam condutas e estilos de vida, em movimentos contínuos ou descontínuos de preservação da ordem vigente ou de introdução de mudanças” (MORAES, 2002).



argumento do discurso midiático como artefato exemplar da (in)eficácia heteronormativa, outras narrativas se nos aproximam com mais veemência.

De condição social inferior, Evelyn aparece-nos como uma versão atualizada da mulher fatal (misto de sedução e de negatividade social) presente em muitos textos e obras que povoaram a produção artística e dos folhetins do século XIX¹³. O evento Bosco-Evelyn rememora a produção religiosa e artística ocidental já disseminada de personagens femininas que rondam nosso imaginário social: Lilith, Eva, Circe, Dalila, Judith, Salomé, Marguerite Gautier, Carmem, Naná, Manon Lescault, Capitu, Lucíola... Mulheres oblíquas que fazem seus homens, seduzidos, transgredirem as normas, tornando-se “foras da lei”, marginais e marginalizados. O suposto enlace de Bosco-Evelyn reatualiza essas referências de um universo construído a partir da perspectiva do homem de posição social digna e de mulheres perigosas que infelicitam sua vida e destroem sua reputação. Entretanto, enquanto Bentinho (*Dom Casmurro*, de Machado de Assis) e Dom José (*Carmem*, de Prosper Merimé) narram a perversidade da sua *femme fatale* por meio de seu fracasso amoroso, Bosco procura sua honra e dignidade na alegação da legítima defesa, a fim de prevalecer sua condição social superior (de PM, heterossexual, inocente). Enquanto que nesses romances a impossibilidade do amor se dá por questões de ordem social, na história atual os entraves arrolados pelos limites do gênero e da sexualidade são elementos que “apimentam o impasse”, ou seja, sustentam a venda da notícia. A morte da trans põe fim ao risco e ao perigo, rearticula a moral. De acordo com Passos (2003):

A morte – simbólica e terminante – põe fim ao risco, não apenas porque rearticula a moral, fazendo com que ao desregramento suceda a ordem anterior, mas também porque ajuda e configura – juntamente com a doença e a decrepitude, o império do desprazer. Não há lugar, no mundo organizado da produção, para essa figura – inquietamente perdulária – que, ao mesmo tempo, liberta e aprisiona o homem (PASSOS, 2003, p. 58).

A suposta relação Evelyn-Bosco e o seu desfecho trágico evidenciam a estranheza desse romance, figuras de mundos tão opostos e juntas pelo descontrole do desejo. A mídia, ao escrutinar o fato noticiado, pelo prolongamento da cobertura, não está buscando elucidar o fato e garantir a legitimidade desse “amor”, mas sim dizer (ambiguamente) que, em qualquer uma das hipóteses, o fim seria sempre trágico. Não haveria coerência para uma relação com sujeitos tão opostos no imaginário social(?). Dividida em zonas de legitimidade e de ilegitimidade, a vida na esfera da sexualidade exige a adequação dos sujeitos às práticas e estéticas em concordância com a norma

¹³ Ver mais em PASSOS, Gilberto Pinheiro. **Capitu e a mulher fatal**: análise da presença francesa em Dom Casmurro. São Paulo: Nankin Editorial, 2003.



heterossexual, sob pena de exclusão dos corpos abjetos¹⁴. Tal norma determina as condições de inteligibilidade a partir das quais algumas experiências e identidades podem mais que outras serem reconhecidas em sua humanidade (BUTLER, 2002). Evelyn e João Bosco, antes de serem vítimas deles mesmos¹⁵, enredados numa teia heteronormativa, são representantes incontestes de um amor que não podia existir, como um amor impossível, produto mercadológico pasteurizado em folhetins novelescos. Além disso, trata-se de mais um caso que não podia ser anunciado nessa sociedade de clivagens de sexo.

Essa noção de heteronormatividade contém em si as implicações da definição de norma (ou ideal regulatório) que atua como um “mecanismo contínuo, regulador e corretivo” de “distribuição dos vivos num domínio de valor e utilidade” (FOUCAULT, 1985). Para Butler (2002), o instrumento (ou tecnologia) que garante a persistência da norma heterossexual é o gênero, pois age materializando a versão do “sexo” segundo a qual a vagina produz um ser feminino e o pênis um ser masculino. Pensar em legitimidade e abjeção (condição dos corpos não legítimos) no campo do gênero e da sexualidade significa pensar, com Butler (2002), que enquanto alguns sujeitos possuem a condição de homem e mulher, cujos corpos se adéquam ao sistema binário homem-pênis-masculino/mulher-vagina-feminino. Há outros que, estranhos e deslocados, demarcam o limite mesmo da norma. Em outras palavras, esses sujeitos constituem todo um campo de exclusão que nega a possibilidade de articulação cultural de uns, ao mesmo tempo em que considera a humanidade de outros.

¹⁴ Nas palavras de Butler (2002): “Lo abyecto designa aquí precisamente aquellas zonas ‘invivibles’, ‘inhabitables’ de la vida social que, sin embargo, están densamente pobladas por quienes no gozan de la jerarquía de los sujetos, pero cuya condición de vivir bajo el signo de lo ‘invivible’ es necesaria para circunscribir la esfera de los sujetos. Esta zona de inhabitabilidad constituirá el límite que defina el terreno del sujeto; constituirá esse sitio de identificaciones temidas contra las cuales – y en virtud de las cuales – el terreno del sujeto circunscribirá su propia pretensión a la autonomía y a la vida”.

¹⁵ **Entendendo o suicídio:** Por que João Bosco se matou? Por que não **conseguiu** ficar vivo para se ver livre da detenção, já que, segundo ele, reagiu em defesa própria, o que o abonaria de uma pena permanente? Os dois dias em que se sentiu pertencendo ao âmbito da ilegitimidade sexual, em decorrência das suspeitas do relacionamento amoroso havido entre vítima e réu, foram muito dolorosos para Bosco. Viver esse deslocamento da norma não é um exercício sem dores: ver-se colocado publicamente em outra margem da existência da sexualidade, a que não é reconhecida, digna de respeito, promoveu em Bosco o pânico da inteligibilidade e da legitimidade de suas sexualidade e inocência. Em resposta, o subtenente deixou uma carta intitulada “Esclarecimentos”, também publicada nos jornais junto à notícia de seu suicídio. Não era possível vivenciar esse mundo sem um gesto final de retomada da sua dignidade. O suicídio é seu gesto de comunicação, que transcende o conteúdo da carta deixada, documento esse que se nos apresenta como estratégia e atitude no sentido de restituir essa dignidade. Quem esclarece quer não deixar dúvidas. Nesse sentido, suicidar é mudar de lugar, promover um deslocamento do âmbito em que ele se encontrava: a zona do outro sexual, onde sua imagem coerente com o sistema homem-pênis-masculino foi, hipoteticamente, modulada. **Bosco foge da pena, mas não da culpa.** Ele é seduzido pela morte que acabará com a vergonha, com a dor de ouvir as calúnias contra a moral de um homem casado heterossexual, há 23 anos oficial da PMES: “Não tenho mais estrutura emocional para aguentar isso. Atingiram-me no elo mais forte do homem: sua honra”.



O peso da norma heterossexista materializa nos corpos a ilusão de uma verdade acerca dos gêneros, forçando os sujeitos a aparentarem e desempenharem atributos idealizados para o masculino e para o feminino. As instituições sociais – a família, a polícia, a escola, as ciências, a língua –, às quais Foucault (1985) atribuiu o poder e a eficácia no estabelecimento e funcionamento das normas sociais modernas, constituem os espaços nos quais seres com gêneros inteligíveis (homem/mulher) podem existir legitimamente (Bosco, por exemplo, constituía o modelo, até o questionamento da sua sexualidade). E seres, como Evelyn, que ao longo de sua vida foi adotando características do gênero oposto ao **pré**-determinado para seu corpo, não têm assegurada essa mesma condição de existência. Não se constituem, portanto, enquanto corpos inteligíveis; pensando inteligibilidade como aquilo que se adquire “como consequência do reconhecimento do acordo com as normas sociais vigentes.” (BUTLER, apud MISKOLCI e PELÚCIO, 2009).

Enquanto Romeu e Julieta tinham no templo religioso/no padre amigo o apoio de alguma instituição (instituição essa que tende à transcendência, que vende a ideia do amor entre o casal), Bosco e Evelyn tinham a rua, o carro, a praia, o motel como espaços para a sua história? Não são instituições que podem abrigar o casal, mas apenas cenários, *loci* onde a história dos dois poderia se passar. Havia cúmplices para o caso de Romeu e Julieta. Quem eram os cúmplices do suposto caso de Bosco e Evelyn? A Corporação? As profissionais do sexo? Em *Romeu e Julieta*, a morte dos jovens amantes os redime, pois eles foram vítimas da intransigência das suas famílias. A morte une as famílias ao final. O que faltaria na história de Bosco e Evelyn para que eles ascendessem à condição de redimidos? Que fratura social seria “curada” para que Bosco e Evelyn ocupassem o lugar de personagens de um amor possível, de um romance possível na vida real?

Bibliografia

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan** Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. 6ª ed. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BENTES, Anna Christina; CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Intertextualidade: diálogos possíveis**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, Sandra Mara Moraes. **Uma voz espírita em Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Annablume, 2008.

MISKOLCI, Richard & PELÚCIO, Larissa. **Fora do Sujeito e Fora do Lugar: Reflexões sobre Performatividade a Partir de uma Etnografia entre Travestis**. Disponível em



<http://sargentogayrcia.blogspot.com/2008/10/performatividade-o-que-ser.html>. Acesso em 22 de março de 2009.

MORAES, Dênis. **Imaginário social e hegemonia cultural**. Julho de 2002. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=297>. Acesso em fevereiro de 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso, Imaginário Social e Conhecimento**. Em Aberto. Brasília, ano 14, n. 61, jan/mar 1994, p. 52.

PASSOS, Gilberto Pinheiro. **Capitu e a mulher fatal**: análise da presença francesa em Dom Casmurro. São Paulo: Nankin Editorial, 2003.

SHAKESPEARE, William. **Romeu e Julieta**. Ed. Nova Cultural, 2003.

SILVA, Marcimedes Martins da. **Suicídio – Trama da Comunicação**. Dissertação de Mestrado, 1992, Psicologia Social, PUC-SP. Acesso a <http://www.avesso.net/suicid1.htm>, em 01 de setembro de 2008.

SODRE, Muniz. **A comunicacao do grotesco**: introdução a cultura de massa brasileira. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.